

## Por que o powershoring é bom para a UE<sup>1</sup>

Jorge Arbache<sup>2</sup>

O acesso à energia renovável e segura é fator decisivo para atacar ao menos duas das preocupações econômicas da Europa, tais como identificadas pelo Relatório Draghi, recentemente publicado pela Comissão Europeia (CE): a recuperação da competitividade e a agenda de descarbonização. A energia também passou a ser fator decisivo para os objetivos da região com a mitigação das mudanças climáticas e para a segurança. Para enfrentar esses desafios, a Europa está mirando na autonomia e na autossuficiência e em políticas de substituição de importações. Mas deveria a Europa contar com aliados para atingir suas metas?

Um desenvolvimento recente potencialmente de interesse para a Europa é o powershoring, uma estratégia corporativa para descarbonizar a produção, atender a padrões ambientais internacionais e garantir ou aumentar a competitividade. O powershoring significa produzir em locais que já oferecem acesso a fontes energéticas renováveis abundantes. A escolha de locais de produção está se tornando tema desafiador no atual contexto europeu, em que tensões geopolíticas e demandas regulatórias estão afetando o acesso à energia, investimentos no setor energético e até a resiliência de cadeias de produção. Por isto, muitas empresas estão considerando, ou já estão diversificando a geografia da produção. Zonas com portos modernos e com acesso abundante à energia renovável, segura e barata, água e disponibilidade de áreas industriais estão se apresentando como locais atrativos para acomodar aqueles interesses.

Esta tendência já está em movimento em alguns países da América Latina e Caribe (ALC) nos quais as matrizes elétricas já são amplamente renováveis. Não por acaso, a ALC já está recebendo importantes investimentos em setores intensivos em energia como biocombustíveis, fertilizantes, papel e celulose, dentre outros.

Dada as imensas vantagens comparativas e competitivas e as condições estruturais favoráveis da região, o powershoring provavelmente se converterá numa classe de ativos e atrairá ainda maior atenção de fundos de investimentos, fundos soberanos, bancos e investidores institucionais. Mas o powershoring está enfrentando competição pela atração de projetos com países ricos, que estão oferecendo subsídios e grants sem precedentes e implementando protecionismo e discriminação para proteger mercados, especialmente os de produtos verdes. Porém, evidências já apontam que muitos daqueles projetos não parariam de pé sem blindagem e generosidade fiscal, gerando dependência de recursos públicos e encorajando investimentos ineficientes, com potenciais repercussões negativas na produtividade, na inovação e nos preços. Por isto, é provável que, cedo ou tarde, aquelas fissuras se convertam em rachaduras. Neste contexto, a cooperação e a colaboração com outros países poderão ser instrumentais

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/por-que-o-powershoring-e-bom-para-a-ue.ghtml> Acessado em 10.10.2024

<sup>2</sup> Professor de economia da Universidade de Brasília (UnB)

para a Europa.

Considere o caso do hidrogênio verde (H2V). O setor tem recebido especial atenção e apoio massivo da CE tanto para a produção local, como para a produção em outras regiões, para exportação para a Europa. Mas análises custo-benefício mostram que a estratégia implica em custos extremamente elevados e em riscos diversos que não deverão ser solucionados em ao menos uma década. A ALC poderia, a partir dos seus vastos recursos naturais, energéticos e hídricos, produzir e exportar bens industriais básicos intensivos em H2V, o que permitiria descarbonizar linhas de produção europeias rapidamente e a um custo bastante atrativo. Pense no papel que o aço, o alumínio e o plástico verdes produzidos na região poderia ter, por exemplo, na competitividade da indústria automotiva europeia.

De fato, o powershoring tem enorme potencial para conectar os mercados europeu e latino-americano, atores e setores de maneira a criar sinergias, complementariedades e impactos sem precedentes para ambos os lados do Atlântico. Mas isto não ocorrerá automaticamente, pois requer novos modos de colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil.

Essa comunhão de interesses poderia ajudar a garantir e expandir empregos na Europa, além de expandir a oferta de produtos industriais verdes a preços mais competitivos, cujo maior beneficiário seria o cidadão e consumidor europeu comum. A colaboração também poderia criar empregos e renda na ALC, com implicações significativas para a pobreza e a desigualdade na região. O powershoring poderia, portanto, ser vetor e catalizador da transição verde e justa em ambos os lados.

Parceria com a Europa requer visão aberta e pragmática, aprendizado contínuo e experimentação

Países latino-americanos ainda oferecem outras vantagens, como a imensa biodiversidade, a disponibilidade de muitos minerais críticos para a transição e a experiência e liderança em tecnologias, produção e modelos de negócios em biocombustíveis. A colaboração entre as duas regiões se ancoraria numa base sólida, afinal, o comércio entre as duas regiões já é elevado e pujante, a Europa é a região com o maior estoque de investimentos diretos em muitos países da ALC e muitas de suas empresas já têm forte presença na região. De fato, várias empresas e bancos europeus relevantes têm países da ALC como o seu principal mercado fora da Europa. A relação entre a Europa e a ALC já é, portanto, ampla, profunda e bem estabelecida, o que funcionaria como ponte natural para esta nova etapa de colaboração.

A modo de exemplo, pense no caso do Brasil. A matriz elétrica do país já é 93% renovável, o custo de produção da energia renovável é altamente competitivo, o país tem gigantesco potencial para a produção de H2V desde diferentes rotas tecnológicas, sempre de maneira vantajosa, e o país já conta com portos bem equipados e bem localizados e com áreas industriais modernas com amplo acesso à energia renovável.

O governo está implementando políticas de sustentabilidade e políticas setoriais, como em H2V e biocombustíveis, trazendo previsibilidade jurídica e apoio para os investimentos, e estimulando a colaboração público-privada. Ademais, o país é uma das maiores bases globais dos investimentos europeus e compartilha valores e princípios fundamentais com a Europa. Outros países do Mercosul compartilham várias daquelas condições, o que sugere que o acordo comercial ora em discussão entre as duas regiões poderia ser ponto de partida e instrumento catalítico de interesses comuns focados no futuro.

Esta eventual parceria entre a ALC e a Europa requer visão aberta e pragmática, experimentação e aprendizado contínuo apoiado por políticas e medidas de inovação tanto na esfera pública quanto na privada. Para ter sucesso, a colaboração deveria considerar parcerias científica e tecnológica, temas de certificação, padrões, taxonomias e marcos regulatórios, acesso a mercados, investimentos, capital humano, financiamento, dentre outros temas fundamentais.

